

LIÇÕES DE DARCY: DO MODERNISMO DO SÉCULO XX À PANDEMIA DO SÉCULO XXI

*Pedro Duarte**

RESUMO: O artigo analisa os motivos que fizeram o pensador indígena Ailton Krenak temer um metafórico segundo exílio de Darcy Ribeiro: se o primeiro foi político, após o Golpe Militar de 1964, o mais recente seria intelectual, pelo esquecimento de sua obra. Formula-se, como hipótese, que dois fatores ajudam a entender a ameaça de exílio do legado de Darcy Ribeiro: o primeiro é a forma de escrita ensaística e imaginativa dos seus livros, que desafia o cientificismo acadêmico; o segundo é o conteúdo modernista de seu projeto de Brasil, fundado na inclusão indígena e na educação, tal como sonhara Oswald de Andrade nos anos 1920 ao falar da dupla base com “a floresta e a escola”, o que desafia a história etnocida e ignorante que governou o país.

PALAVRAS-CHAVE: Darcy Ribeiro, ensaio, modernismo, indígena, educação.

DARCY LESSONS: FROM 20TH-CENTURY MODERNISM TO THE PANDEMIC OF THE 21ST CENTURY

ABSTRACT: The article analyzes the reasons that made the indigenous thinker Ailton Krenak fear a Darcy Ribeiro's second metaphorical exile: if the first was a political one, after the 1964 Military Coup, the most recent would be an intellectual one, due to the forgetfulness of his work. It is formulated, as a hypothesis, that two factors help to understand the threat of exile of Darcy Ribeiro's legacy: the first is the essayistic and imaginative way of writing his books, which challenges academic scientism; the second is the modernist content of his project for Brazil, founded on indigenous inclusion and education, as Oswald de Andrade had dreamed of in the 1920s when spoke of the double base with “the forest and the school”, which challenges ethnocidal and ignorant history which have prevailed in the country.

KEYWORDS: Darcy Ribeiro, essay, modernism, indigenous, education.

* Professor de Filosofia da PUC-Rio; Pesquisador da Faperj e do CNPq. E-mail: p.d.andrade@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7889-767X>

O pensador indígena Ailton Krenak comentou certas vezes, diante das crises civilizatórias e ameaças ecológicas do século XXI, que se preocupava com como os brancos conseguiriam sobreviver. Invertia, assim, o juízo comum de que, tendo em vista o extermínio histórico e a precarização impostos pelo projeto colonial de matriz europeia branca, a existência dos povos indígenas é que estaria fragilizada. Embora seja claro que, concretamente, os indígenas também corram perigo, a provocação de Krenak é trazer à memória que eles resistem à ameaça de desaparecimento há cinco séculos, então provavelmente estão mais preparados que seus algozes para enfrentar o momento alarmante do presente. No ano de 2020, Krenak deixou ainda ecoar seu prognóstico diante da pandemia de Covid-19: por mais que os indígenas tenham sido particularmente atingidos pela doença, podem estar em melhores condições de sobreviver por sua habilidade adquirida em resistir.

Interessa, na articulação de Krenak, o modo pelo qual ela relativiza onde é que há fraqueza e onde é que há força no contato entre diferentes culturas. Precisamente aquela razão pela qual se poderia considerar o indígena fragilizado é que faz dele, surpreendentemente, o mais preparado quando a situação é ameaçadora: ele está ameaçado faz quinhentos anos. Sabe lidar com isso. O branco, ao contrário, foi em geral o ameaçador. Para ele, portanto, tudo é novo quando se sente acuado. Não sabe lidar com isso. Esse é um daqueles pontos no qual o saber antropológico revela-se indissociável da realidade política. No Brasil, poucas vezes vimos alguém tão atento a este ponto quanto Darcy Ribeiro, na sua teoria e na sua prática. Ele já escrevera, explicitamente, que os índios, conseguindo sobreviver até agora sob condições tão difíceis, seguramente prosseguirão existindo daqui em diante. Não estão em um passado perdido lá atrás, e sim em um futuro aguardado à frente.

Por isso, Krenak temia que o legado das obras e da trajetória de Darcy fosse condenado a uma espécie de segundo exílio. O primeiro, como está registrado na história, foi-lhe imposto com o Golpe Militar de 1964. Darcy trabalhava no governo de esquerda do presidente então deposto, João Goulart, e teve que fugir do Brasil, que passaria, nos anos seguintes, por um duradouro período de ditadura autoritária, com perseguição e tortura. Buscou exílio no Uruguai. Voltou ao Brasil só em 1976, e logo reencontrou, na política, onde encampar seus projetos para a educação: o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro na década de 1980. Nada disso é capaz, porém, de garantir que Darcy escape do destino de esquecimento que configuraria um segundo exílio, como alerta Krenak, pelo apagamento de seu lugar – primordial – na história da cultura, da antropologia, do indigenismo, da educação e da política no Brasil. Como explicar o temor desconfiado de Krenak de que Darcy, quando vivo, atraísse desconforto ou até raiva e, depois de morto, seja pouco estudado, mesmo nas universidades, correndo o risco metafórico de exílio?

Suponho que dois fatores principais ajudem a entender essa dificuldade de acolher Darcy Ribeiro: um é relativo ao conteúdo das ideias e outro tem a ver com a forma de escrita. Em relação ao conteúdo, Darcy, desafiando um processo histórico do Brasil no qual a catequese e a ignorância prevaleceram,

encarnou o ideário modernista que defendia uma formação do país com a contribuição original indígena e pela educação. Em relação à forma, Darcy praticou um estilo ensaístico para escrever, que era mais artístico e engajado do que científico e neutro, o que foge a padrões acadêmicos rígidos consagrados na produção de conhecimento.

*

Darcy foi muitas coisas na sua vida, e ele mesmo confessava isso: antropólogo, etnólogo indigenista, professor, educador, reitor, militante, ministro, senador, romancista. Nada disso, entretanto, dava-lhe, ao olhar no espelho, a imagem difusa de quem não se identifica. O que conferia unidade à variedade era a paixão e a luta pelo Brasil que, sem renunciarem a gozos e alegrias, sabem sentir a dor e a tristeza do país – por tudo o que ele é e por tudo o que poderia ser: *O Brasil como problema*, como diz o título de um livro seu. Darcy viveu a Modernidade do século XX, como observou uma vez sobre o cineasta Glauber Rocha, oscilando em um pêndulo entre o desespero e a esperança. Não lhe faltava intensidade.

Nascido em 1922, filho de professora, Darcy Ribeiro veio ao mundo pouco depois que ocorresse, coincidentemente, o evento mais famoso do movimento cultural do Modernismo no Brasil, a Semana de 22. Meses após Mário de Andrade e Oswald de Andrade organizarem em São Paulo a Semana de Arte Moderna, Darcy nascia em Minas Gerais. Curiosamente, ele não deixaria de encarnar, com tons heroicos ao longo de toda a vida, um ideário modernista que juntava o esforço intelectual teórico a um projeto de nação para o Brasil. Como Mário e Oswald, sua vida criativa esteve em estreita e constante relação com sua terra.

O projeto de Brasil pensado por Darcy poderia ser resumido – confirmando que pelo nome Modernismo pode-se entender tanto apenas o movimento artístico de vanguarda paulista dos anos 1920 quanto um pensamento de que ele é parte e diz respeito, mais amplamente, ao processo de modernização do país – na sucinta fórmula escrita por Oswald de Andrade em seu *Manifesto da poesia pau-brasil*: a floresta e a escola. Cifrava-se, aí, a expectativa de que a formação do Brasil aproximasse a natureza da cultura e combinasse a contribuição indígena nativa da floresta à contribuição europeia urbana da escola. Darcy não foi exatamente um estudioso extenso do Modernismo, ao contrário de diversos outros intelectuais seus contemporâneos, mas seus livros e sua vida dão testemunho da força desse ideário para se pensar e se agir no Brasil. Darcy, a seu modo, foi um modernista.

Isso se evidencia, entre outras coisas, pelo seu zelo – o “apego apaixonado” – com a unidade nacional, inclusive em termos geográficos, atacando assim quaisquer tentativas separatistas. Tratava-se de valorizar a vastidão territorial e cultural do Brasil, que seria perdida caso houvesse uma fragmentação. Isso seria a base física para o povo viver seu destino. Desconfio que Darcy, caso tivesse deixado sua imaginação literária passar da teoria e dos romances para os versos, talvez escrevesse poemas como este, de Mário de Andrade, apenas trocando o lugar da “escrivadinha” de São Paulo para o Rio de Janeiro, mas igualmente visando o Brasil.

Descobrimento

Abancado à escrivantina em São Paulo
 Na minha casa da rua Lopes Chaves
 De supetão senti um friúme por dentro.
 Fiquei trêmulo, muito comovido
 Com o livro palerma olhando pra mim.

Não vê que me lembrei que lá no Norte, meu Deus!
 Muito longe de mim,
 Na escuridão ativa da noite que caiu,
 Um homem pálido, magro de cabelo escorrendo nos olhos
 Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,
 Faz pouco se deitou, está dormindo.

Esse homem é brasileiro que nem eu...

Darcy Ribeiro foi a tentativa veemente de fazer no Brasil esse projeto inclusivo de formação. E o foi não apenas em suas pesquisas e livros, mas nas falas e na vida. Sua trajetória teórica foi dedicada a refletir, apaixonadamente, sobre *O povo brasileiro*, título de seu último livro; povo gestado “da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos”. Empenhou-se, de acordo com um evolucionismo de tons utópicos, em construir na materialidade social um país que positivasse essa mistura, na combinação de floresta e escola.

Considerava-se “um homem de causas”: a salvação dos índios e a escolarização das crianças eram as principais. Confessava que, nesse sentido, somara mais fracassos do que vitórias em suas lutas, mas isso não lhe importava, pois dizia que horrível teria sido ficar ao lado dos que venceram essas batalhas. Isso ajuda a entender aquela preocupação de Krenak com o exílio das ideias de Darcy: seu projeto de Brasil contrapunha-se frontalmente àquilo que, em geral, triunfou no processo histórico que constituiu um país injusto, desigual, racista, violento e analfabeto. O fracasso das lutas de Darcy não é apenas seu, mas de uma utopia de país. Por isso, a preocupação de Krenak não é só por justiça intelectual ao lugar de destaque de um intelectual, e sim por um futuro de país melhor a partir de sua formação.

Lendo as declarações de Darcy dessa feita, elas parecem exemplares de um gesto que atrela a perspectiva histórica a uma realidade política, tal como o definiu filosoficamente Walter Benjamin, ao afirmar que os mortos não estarão em segurança enquanto o inimigo vencer, e esse inimigo não tem cessado de vencer. Como Benjamin, um judeu alemão que se suicidou buscando escapar do nazismo, Darcy sabia enxergar na sua derrota mais do que uma mera casualidade e jamais acharia melhor vencer, caso isso implicasse estar do outro lado – o lado do inimigo. Pois o inimigo no Brasil, seja o domínio imperialista estrangeiro ou as elites espoliadoras nacionais, sustenta extermínio indígena e manutenção da ignorância.

Darcy viveu quase dez anos junto a aldeias indígenas do Pantanal e da Amazônia, de 1947 a 1956. Teve contato com os Kadiwéus, no sul do Mato Grosso, e os Urubu-Kaapor, no Norte. Sua curiosidade

sobre eles era mais do que um mero ofício e trabalho, enraizando-se em uma sensibilidade estética rara. “Eu queria compreender seu veemente desejo de beleza, expresso em cada um dos seus artefatos, feitos com muito mais primor que o necessário para cumprir sua função utilitária”, observava, porque “a função verdadeira que os índios buscam em seus fazimentos é a beleza”. Romanticamente, Darcy percebia nos índios mais carinho do que briga e mais harmonia do que violência, na relação entre si e com a natureza.

Nos títulos dos seus livros antropológicos dessa época, fica evidente o que chamava sua atenção: a beleza, a cultura e a arte. Os títulos são: *Kadivéu – ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*, *Culturas e línguas indígenas do Brasil* e *Arte plumária dos índios Kaapo*. Há saber, língua e arte. Para Darcy, os povos indígenas não eram apenas um objeto de estudo, mas um motivo de encantamento e fascinação. Sua produção não seria despersonalizada ou mercantilizada. Manteria a criatividade. Em uma formulação emblemática, Darcy vê se expressar nas relações sociais entre os índios e deles com a natureza uma “vontade de beleza”.

Essa relação dos povos indígenas com a natureza, que Darcy identificou e valorizou desde a década de 1940, ganha ainda mais relevância no século XXI, ou seja, quando o modelo civilizatório conhecido da modernidade ocidental consome sua destruição do meio-ambiente, ameaçando a vida de toda humanidade. Não se deve esquecer que a própria pandemia de Covid-19, segundo as explicações mais prováveis, teve sua origem no desmatamento orientado pelo progresso desenvolvimentista: o novo coronavírus circulava em um habitat florestal há muito tempo, isolado dos humanos, até que estes lá chegaram. Na província de Wuhan, na China, portanto, teríamos tanto o marco local original da pandemia em 2019 quanto um exemplo da desastrosa objetificação da natureza na sociedade branca, que em um efeito bumerangue volta-se contra os próprios humanos na forma de uma doença. Sem o alarde que apenas podia aparecer depois da conscientização sobre o aquecimento global, o colapso climático e mais recentemente a pandemia, Darcy enaltecia, já em meados do século XX, o contato diferente que os índios teriam com a natureza: por ser menos predatório, instrumental, manipulatório; por ser mais sereno, equilibrado e, quem sabe, até mesmo alegre, feliz e belo.

“No Pantanal, vi uma vez uma lagoa grande”, contou certa vez Darcy, “cheia de aves – garças, colhereiros, tuiuiús – que assustadas por mim saíram voando”, e “era como se a lagoa voasse”. Entre os indígenas, seu olhar estético ficava liberado para a contemplação da natureza. Ela não aparecia aí como repositório de energia para o funcionamento industrial ou capitalista, e sim como um espanto poético do ser na relação desinteressada com quem nós mesmos somos. Nos livros de Darcy, o conteúdo do que é relatado é acompanhado de uma forma de escrita que faz jus a essa poesia, pretendendo tocar, ou provocar, ou indignar, ou desafiar, o leitor.

*

Nos estudos das ciências sociais no Brasil, Darcy filia-se mais a uma tradição ensaística livre do que à conformação acadêmica. Curiosamente, ele foi colega de turma do sociólogo Florestan Fernandes, notório por ter implementado métodos mais rigorosos na pesquisa empírica sobre o país. Em direção

diferente, Darcy fazia a “sociologia de um indisciplinado”, nos termos de Helena Bomeny. Dava continuidade a um estilo de interpretação do Brasil em curso desde o Modernismo da década de 1920, com o *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado. É um estilo no qual a prosa teórica tem um quinhão literário e que se despe do elitismo do que Oswald de Andrade chamava de “lado doutor” da cultura nacional.

Darcy Ribeiro foi um escritor, e isso não somente porque se aventurou pela ficção, como em *Maira*, *O mulo*, *Utopia selvagem* e *Migo*, mas porque sua obra qualificada como não-ficção também tem muito de construção literária. Sua escrita é, de acordo com a definição filosófica enunciada por Georg Lukács ainda no começo do século XX, ensaística, uma vez que sua forma de expressão ou sua linguagem é indispensável para a apreensão do tema. Lukács dizia que, nesse sentido, o ensaio é uma forma mais de arte do que de ciência. Na sua esteira, Theodor Adorno afirmou que, no ensaio, a verdade do objeto jamais se revela sem a subjetividade que sobre ele escreve. Darcy foi um ensaísta do Brasil. Sua prosa, imaginativa e romântica, ainda hoje sofre resistência na academia por isso. Ler Darcy Ribeiro não pode ser apenas o escrutínio especializado de argumentações academicamente sólidas, sem ter em vista outros dois aspectos: prazer estético e compromisso político. O que há de original e de encantador na sua obra não é a precisão historiográfica das teses, é a pertinência vital e social que elas ganham com o prazer e o compromisso, a alegria e o engajamento. Não há como tirar Darcy do que ele escreve.

Não por acaso, trabalhou com Marechal Candido Rondon, no Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI). Colaborou com a criação do Parque Indígena do Xingu. Ou seja, o contato com os índios tinha um lado desinteressado de observação e um lado engajado de luta por eles. Mas, não se tratava somente de pensar os índios em uma perspectiva política, e sim de pensar a política de uma perspectiva indígena. Quando Darcy defendeu o socialismo, não era por sua fonte doutrinária de origem europeia, era por ver a sua realidade palpável entre os índios – mesmo porque esteve sempre alerta para a falta de liberdade em boa parte das experiências reais de socialismo no século XX, como a da União Soviética. É que a presença indígena era parte da tarefa de fazer o Brasil existir não apenas para os outros ou em si, mas de existir para si, quer dizer, nem existir como mera cópia do que já há fora de si no estrangeiro e nem ingenuamente ensimesmado dentro de si, mas sim refletindo para si sobre sua formação, seu presente e suas possibilidades.

“O socialismo que sonho é o de uma civilização avançada, com esse talento índio da convivência e da solidariedade”, dizia. Nisso, Darcy operava dois deslocamentos decisivos: um no espaço e outro no tempo. No espaço, o socialismo é referido à proximidade tropical da floresta no Brasil, e não ao industrialismo inglês. O socialismo deve ter o talento índio. No tempo, por sua vez, o índio não está no passado, está em um futuro de uma civilização avançada. Darcy não concebia um futuro que pudesse ser desejável sem a contribuição indígena.

Como cantou Caetano Veloso, surpreendendo a expectativa habitual de sequência linear cronológica entre o que já foi e o que ainda será, um índio virá (no futuro) que eu vi (no passado), e este índio é “mais avançado que a mais avançada das mais avançadas das tecnologias”. É esta a floresta – atual

– que interessa. Oswald de Andrade já afirmava, no *Manifesto antropológico*, ser “contra o índio de tocheiro”. No que diz respeito, portanto, à formação do Brasil, para Darcy Ribeiro, o índio não é reduzido a uma tradição pretérita, mas atrelado a um projeto de futuro. Se Darcy se engajou na formulação do Museu do Índio, aberto em 1953, foi porque museu não era um sinônimo da salvaguarda de algo ultrapassado, tanto que ali foi abrigado, já em 1955, o primeiro curso de Pós-graduação em antropologia cultural do Brasil. Em certo sentido, tem-se aí algo emblemático para o projeto do país, na medida em que atrela a presença nativa indígena anterior à colonização ao estudo institucionalizado de matriz iluminista europeia.

*

Por isso, era preciso somar à floresta a escola. Darcy dedicou a vida toda à educação, acompanhando o amigo e parceiro Anísio Teixeira. Para ele, a educação tinha papel fundamental para que o Brasil diminuísse a desigualdade social entre pobres e ricos, conferindo ao povo um caráter inclusivo na formação do país. Se o tema da formação se tornou clássico em obras-primas como *Casa-grande e senzala* de Gilberto Freyre em 1933, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque Holanda em 1936, *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Jr em 1942 ou *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado já em 1958 e *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido em 1959, nenhuma delas deu à educação – um sinônimo de formação – mais relevância do que ela teve na vida e na obra de Darcy. Não seria, por isso, estranho incluir – na contramão do exílio da obra de Darcy – *O povo brasileiro* nessa linhagem, tanto que seu subtítulo é “a formação e o sentido do Brasil”; entretanto, se o esforço intelectual de uma vida está ali resumido, ele não esgota esta vida, que foi tão intensa no espírito quanto na ação.

Darcy participou da Divisão de Estudos Sociais do Ministério da Educação e da Cultura. Dedicou-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961. No começo da década de 1960, foi um dos fundadores e primeiro reitor da Universidade de Brasília. Defendia, seguindo o Movimento da Escola Nova no Brasil, um ensino público, obrigatório, gratuito e laico. Na UnB, encampou um projeto audacioso, grande, aberto e livre de pesquisa, ensino e ciência. Foi Ministro da Educação entre 1962 e 1963. Isso tudo, entretanto, foi interrompido com o Golpe Militar em 1964, quando Darcy era Chefe do Gabinete Civil do presidente João Goulart.

Com a ditadura no poder, exilou-se no Uruguai. Considerava a experiência do exílio terrível e, revelando seu amor ao Brasil, sobretudo para brasileiros, uma vez que o país é tão grande e variado, cheio de sumos, seivas e cores, que ser tirado seria como um desterro. Mas, a despeito do sofrimento, começava ali o período no qual integrou a vida educacional da América Latina e escreveu obras importantes. Participou da universidade no Uruguai e travou debates sobre reforma universitária no México. Esteve em diálogo com os intelectuais da Venezuela e foi assessor dos presidentes Salvador Allende no Chile e Juan Velasco Alvarado no Peru. Publicou *O processo civilizatório*, *As Américas e a civilização*, *O dilema da América Latina*, *Os índios e a civilização*, entre outros. Nunca escrevera tão proficuamente.

Poucos intelectuais brasileiros tiveram uma penetração tão grande no continente ao qual pertencem quanto Darcy Ribeiro, o que faz dele uma exceção à regra da distância teórica que costuma

separar aquilo que é próximo tanto geográfica quanto politicamente, haja vista os golpes militares constantes durante o século XX: Brasil e o resto da América Latina. Dentre as proximidades, a fundamental seria um amalgama miscigenado que enaltece a fusão, o que explica que o racismo, ao contrário do que ocorre por exemplo nos Estados Unidos, seja mais de marca e não de origem (não se dirigindo tanto à árvore genealógica passada do indivíduo, e mais a seus traços físicos ou sociais). Quando se pensa na distinção entre anglo-americanos e latino-americanos, afirmava Darcy, fica claro que há um desenvolvimento civilizatório do Brasil em afinidade com os últimos mais do que com os primeiros, inclusive pela colonização ibérica. Foi com a consciência aguda desse pertencimento latino-americano que Darcy retornou ao Brasil nos anos 1970.

De volta do exílio, encontrou acolhida calorosa para suas ideias sobre educação no governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (que certa vez, em um debate televisivo, respondendo a uma indagação de Fernando Henrique Cardoso sobre os custos excessivos em educação, afirmou: “cara é a ignorância”). Eram os anos 1980 e começo dos anos 1990. Darcy foi vice-governador. Elaborou o projeto dos Cieps, Centros Integrados de Educação Pública. Oferecia-se educação gratuita em tempo integral, conferindo impacto social às escolas, aumentado pois os alunos recebiam refeições e tratamento odontológico, por exemplo. Pensava-se a educação como o ponto de inflexão para a sociedade, e não isoladamente em termos pedagógicos. O futuro do Brasil dependia, para Darcy, de crianças alimentadas e formadas.

O projeto atendia, assim, a um anseio revolucionário. Os prédios dos Cieps foram desenhados pelo gênio arquitetônico de Oscar Niemayer, reavivando o elo entre esse projeto e o espírito do Modernismo na história do Brasil. Nota-se, também, que as preocupações funcionais, sociais e educacionais não se desligavam da estética. Os prédios dos Cipes, até hoje, são marcantes na paisagem em que estão, embora não funcionem mais de acordo com a ideia original, pouco a pouco abandonada. Darcy morreu em 1997, em decorrência de um câncer no pulmão, e é fundamental, como alerta Ailton Krenak, não o deixarmos cair em um segundo exílio depois disso, porque há uma cruel coerência entre esquecê-lo e o abandono de um projeto como o dos Cieps. É um pensamento de Brasil que ameaça se esvaír.

*

Dia 26 de outubro de 2022, Darcy Ribeiro teria completado seus cem anos. Seu nome – como os de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Oscar Niemayer, ou Caetano Veloso e Glauber Rocha – tornou-se, com o tempo, parte do cânone da cultura no Brasil. Em 1993, foi eleito “imortal” pela Academia Brasileira de Letras. Recebeu título de doutor “honoris causa” na Sorbonne, na França. Teve suas obras traduzidas em outras línguas. No entanto, o país que ele pensou, buscou e imaginou continua ainda por se fazer. Proliferam a brutalidade, a estupidez, a mediocridade. Permanece o racismo no interior da miscigenação. Pela primeira vez no processo de redemocratização nacional, houve um presidente da república no poder, desde 2018, simpático à ditadura que exilou Darcy Ribeiro e torturou outros. Pior: poucas vezes floresta e escola foram tão queimadas e desprezadas; a Amazônia e a educação são

maltratadas todos os dias. O sonho modernista de Brasil esteve sob um ataque sem precedentes na história recente do país.

Tal Modernismo e seu pensamento têm seus limites. O tempo histórico do século XXI já é outro. Mas, dificilmente temos referências muito melhores na nossa história do que essas – ainda que seja para ir além delas. No caso de Darcy Ribeiro, a despeito da personalidade por vezes difícil e voluntarista, a referência é de uma dedicação teórica cujo furor por “fazimentos” fez-se ação, mesmo em uma conjuntura social trágica de desigualdade. Convicto da necessidade da utopia a vir da junção entre floresta e escola, Darcy fez política. Ele acreditava que, nela, poderíamos responder ao fato de que, “hoje, o Brasil é nossa tarefa”. Mais ainda: diante do que viria ser chamado de globalização, e que se explicitou definitivamente com a pandemia de Covid-19 que se alastrou pelo mundo todo em poucos meses, essa tarefa, para Darcy, não era referida ao próprio Brasil somente, mas à criação de uma nova ocidentalidade no mundo. Tratava-se de livrar a civilização do medo e, assim, devolver a alegria. Oswald de Andrade definira, no Modernismo dos anos 1920, que “a alegria é a prova do nove”. Ainda é.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu: Ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza**. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIBEIRO, Darcy. **Culturas e línguas indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

*Recebido em: 22 de novembro de 2022.
Aprovado em: 10 de dezembro de 2022.*